



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

UFSB: avanços e limites da interiorização universitária no contexto de austeridade fiscal (2014-2024)

UFSB: advances and limits of university internalization in the context of fiscal austerity (2014-2024)

Marilda Socorro Melo

Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Urbano, pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS), Salvador, Bahia.

E-mail: marildasocorrom@gmail.com

Carlos Marlon Lopes Costa

Mestrando em Desenvolvimento Regional e Urbano, pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS), Salvador, Bahia.

E-mail: carlosmarlon@outlook.com

Laumar Neves de Souza

Doutor em Ciências Sociais, mestre e bacharel em economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia.

E-mail: laumar.souza@animaeducacao.com.br

José Gileá

Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano, pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS), Salvador, Bahia.

E-mail: jose.gilea@animaeducacao.com.br

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, tem vivenciado, nas últimas décadas, um contexto de austeridade fiscal que impôs restrições significativas à execução de políticas públicas em diversas áreas, incluindo a educação superior. Nesse diapasão, a expansão e a interiorização do ensino superior público federal configuram-se como eixos estratégicos das políticas públicas de educação, orientadas pela busca de democratização do acesso e pela redução das desigualdades regionais. Esse movimento ganhou maior expressão a partir dos anos 2000, especialmente com a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que representa um marco na reconfiguração do sistema universitário público brasileiro.

A Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), criada pela Lei nº 12.818/2013 e com atividades iniciadas em 2014, é um caso emblemático da interiorização, implantada nos territórios de identidade do Litoral Sul, Extremo Sul e Costa do Descobrimento, com campi em Itabuna, Porto Seguro e Teixeira de Freitas.

Entretanto, a primeira década de funcionamento da UFSB (2014–2024) foi caracterizada por uma conjuntura complexa. Apesar dos avanços obtidos na democratização do acesso ao ensino superior, a universidade enfrentou limitações estruturais inerentes ao processo de interiorização,



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

como a dificuldade de fixação de docentes e técnicos administrativos, carências na infraestrutura física e desafios decorrentes de um modelo de gestão descentralizado. Esses entraves foram intensificados pelo contexto de austeridade fiscal que marcou o período.

Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa é analisar os efeitos das políticas de austeridade fiscal sobre a implantação e a consolidação da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) no período de 2014 a 2024, considerando de que forma as restrições orçamentárias impactaram sua estrutura institucional, suas dinâmicas de expansão e a consecução de seus objetivos acadêmicos e sociais.

De forma complementar, a pesquisa buscará contextualizar historicamente o REUNI, caracterizar as inovações propostas no modelo acadêmico-institucional da UFSB, baseado nos Bacharelados Interdisciplinares e nos Colégios Universitários, identificar os principais impactos socioeconômicos e educacionais decorrentes de sua implantação e analisar os desafios enfrentados diante das restrições orçamentárias impostas pelas políticas de austeridade, com especial atenção às limitações de infraestrutura e aos índices de evasão estudantil.

Diante desse cenário, o presente estudo assume uma relevância tripla. No âmbito acadêmico, contribui para o avanço das análises longitudinais sobre políticas públicas de educação superior ao examinar as inovações do modelo institucional da UFSB, inspirado na proposta da Universidade Nova de Anísio Teixeira, em um contexto marcado por restrições orçamentárias e políticas de austeridade fiscal. Sob a perspectiva social, busca compreender de que maneira a universidade tem impactado as dinâmicas locais do Sul da Bahia, promovendo inclusão social e desenvolvimento regional. Por fim, em termos institucionais, propõe um balanço crítico de sua primeira década de funcionamento, oferecendo subsídios para o planejamento estratégico da própria UFSB e de outras instituições federais de ensino superior em processos de consolidação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme Almeida, Sacramento e Raupp (2021), a política de expansão e interiorização do ensino superior federal foi significativamente impulsionada pelo Programa de Apoio a Planos do REUNI, criado em 2007. Visto como uma política pública abrangente, o REUNI teve o duplo objetivo de expandir a rede federal, criando novas universidades, e de fortalecer as instituições existentes, aportando recursos para que estas ampliassem sua oferta de vagas. Para concretizar essa meta, o programa implementou estratégias como a oferta de cursos noturnos, a criação de bacharelados interdisciplinares e tecnológicos, a utilização de políticas reparatórias para controlar a evasão e o estímulo à educação a distância. Importante ressaltar que antes do REUNI, o ensino superior federal estava em desvantagem em comparação com a rápida expansão do ensino superior privado também promovido por políticas públicas de financiamentos e subsídios de governos anteriores. Conforme apontado por Alcantara, Souza e Medeiros Junior (2017, p 261-262):

Além das Leis supracitadas e a evidente flexibilização ou adequação das mesmas a uma realidade política e socioeconômica da época das suas respectivas promulgações, não se pode negar que a crescente demanda pelo ensino superior privado foi incentivada, de igual modo, por certos acontecimentos como, por exemplo, a criação, em âmbito federal, do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e do Programa Universidade para Todos (Prouni).

Dados do INEP de 2008 mostram que as universidades federais possuíam 93 organizações com 698.319 matriculados, enquanto as instituições privadas contavam com 2.032 organizações e 4.255.064 matriculados. Após o REUNI, em 2012, o número de matriculados nas universidades federais aumentou para cerca de 1.100.000 alunos, um incremento de 61% em relação a 2008, e o número de ingressantes cresceu cerca de 40% (Almeida; Sacramento; Raupp, 2021, p. 9). Isso sugere



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

que o aumento dos investimentos foi um fator crucial para a inclusão de muitos indivíduos no ensino superior público.

2.1 Debate sobre políticas de cortes orçamentários e seus impactos na educação superior federal

Os cortes orçamentários iniciados a partir de 2016 criaram "extremas dificuldades para o desenvolvimento das atividades acadêmicas" das IES federais públicas, afetando tanto a manutenção da estrutura das unidades quanto as ações de assistência estudantil (Rossi; Tude, 2021, p. 4). A destinação do orçamento é apresentada como uma escolha política, que vai além de justificativas de "equilíbrios e ajustes fiscais" (Almeida; Sacramento; Raupp, 2021, p. 4). Santos, Rossi e Carvalho (2021, p. 4-5)) aprofundam essa discussão, quando demonstram que as escolhas governamentais priorizam as agendas fiscais em contraponto as ações finalísticas, mostrando que o Governo Federal destina 56% do orçamento é destinado aos Encargos Especiais e Reserva de Contingência restando apenas 44% para ações nas áreas de educação, ciência e tecnologia. As autoras reafirmam que isso ocorre "mesmo diante de dados que mostram o atraso do Brasil em relação a outros países da região no processo de inclusão de jovens no ensino superior".

Os impactos dos cortes orçamentários são amplos e severos. França Filho, Ribeiro e Ventura (2021, p. 5) discutem como as restrições afetam o desenvolvimento de pesquisas, a promoção de intercâmbios e o financiamento de bolsas para pós-graduandos. Santos e Souza (2021, p. 5-6) abordam como os cortes aprofundam os desafios da educação durante a pandemia, impactando o aprimoramento de recursos didático-pedagógicos e as condições de permanência estudantil, especialmente devido ao "drástico corte dos recursos destinados às políticas de assistência estudantil".

Dados da ANDIFES extraídos do portal da transparência revelam que cerca de 70% da comunidade estudantil das universidades federais esteve em situação de vulnerabilidade socioeconômica (Pereira; Ferreira, 2021, p. 6). Além disso, os cortes afetam serviços essenciais como segurança, limpeza e administrativos, resultando na precarização do trabalho via terceirização (Silva; Rodrigues, 2021, p. 6).

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada combinou abordagem qualitativa, estruturada como um estudo de caso da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), com o levantamento e a análise de dados secundários quantitativos e a análise documental. O estudo de caso, conforme preconiza Yin (2015), é a estratégia ideal para compreender fenômenos contemporâneos em seu contexto real, o que é crucial para analisar a UFSB, cuja trajetória é ligada a múltiplos fatores contextuais, como as políticas nacionais de educação (a exemplo do REUNI), as dinâmicas regionais do Sul da Bahia e as restrições orçamentárias federais. A análise documental complementou o estudo, utilizando como fontes primárias o Plano Orientador da UFSB (UFSB, 2014), relatórios de gestão e o Relatório Acadêmico 2014-2023 (UFSB, 2024), além de documentos legais como a Lei de criação da UFSB (BRASIL, 2013), o Decreto do REUNI (BRASIL, 2007a) e a Emenda Constitucional nº 95/2016 (BRASIL, 2016), que fornecem o marco contextual para a pesquisa.

O levantamento de dados secundários de natureza quantitativa permitiu a caracterização da



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

trajetória da UFSB, com foco na evolução do número de vagas e matrículas (graduação e pós-graduação), taxas de ocupação, perfil socioeconômico dos estudantes, quantitativo de pessoal (docentes e TAEs) e evolução orçamentária. A combinação dessas informações permitiu identificar tendências, evidenciar os impactos das restrições orçamentárias sobre os indicadores institucionais e mitigar as limitações inerentes ao uso de fontes isoladas. A etapa final da pesquisa consistiu na análise interpretativa dos dados, buscando a triangulação das informações obtidas nas fontes bibliográfica, documental e quantitativa, visando construir uma compreensão abrangente e crítica da trajetória da UFSB, caracterizando tanto os avanços alcançados quanto os limites estruturais enfrentados.

4 DISCUSSÃO

A evolução orçamentária 2014-2024 das Universidades Federais (UF) evidencia um severo comprometimento da capacidade de gestão e expansão institucional devido às políticas de austeridade fiscal consolidadas pela Emenda Constitucional nº 95/2016 (EC 95), que instituiu o Teto de Gastos.

Para o conjunto das UFs, o custeio (despesas discricionárias) sofreu um desfinanciamento persistente, com quedas acentuadas nos valores corrigidos a partir de 2017, e de forma crítica em 2021 e 2022, resultando em uma defasagem não recuperada. No entanto, o cenário é mais grave nos recursos de Capital/Investimento esses orçamentos são destinados ao implemento de obras e nessa questão, vale registrar que a UFSB iniciou suas atividades sem qualquer estrutura física em 2014, pois diferentemente das outras instituições de ensino superior federal criadas na Bahia, a UFSB não derivou de desmembramento de instalações pré existentes.

Segundo o Portal da Transparência do Governo Federal e Painel Estatístico Orçamentário da ANDIFES (2014-2024), para a rede federal de universidades, os recursos de capital foram sistematicamente reduzidos após 2016, e a disponibilidade de recursos que possibilitassem a conclusão de obras foi interrompida em 2018, atingindo um patamar mínimo. Nesse contexto a UFSB foi impactada agudamente, por ser uma instituição em fase de implantação. Prova disso é que o seu orçamento de investimento da UFSB sofreu um colapso a partir de 2018, caindo de seu pico em 2015 (R\$ 31,5 milhões) para patamares entre R\$ 3 e R\$ 4 milhões.

Essa redução inviabilizou a conclusão de obras e a aquisição de equipamentos, significando a interrupção de sua própria consolidação. Além do impacto estrutural, a insuficiência do custeio da UFSB (com queda acentuada em 2021/2022 por conta da pandemia) teve uma consequência social crítica ao restringir a Assistência Estudantil. Essa carência comprometeu diretamente a permanência dos discentes, minando a capacidade da universidade de cumprir seu projeto pedagógico inovador.

Nesse particular, segundo Relatório Acadêmico da UFSB (2014-2023), foram registradas expressivas evasões de alunos cotistas e de ampla concorrência a partir de 2019. A diferença entre o orçamento autorizado em 2024 e a demanda ANDIFES implica que a defasagem compromete severamente a consolidação da infraestrutura física e acadêmica da UFSB, como apontado pelos grandes números.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu concluir que a UFSB, em sua primeira década (2014–2024), trouxe avanços no eixo da interiorização do ensino superior público federal, promovendo a democratização do acesso em uma região historicamente desassistida. Contudo, a análise demonstrou que a trajetória institucional foi profundamente condicionada pelos limites estruturais impostos pelas políticas de



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

austeridade fiscal, notadamente a Emenda Constitucional nº 95/2016.

O objetivo geral de examinar os avanços e limites da consolidação da UFSB foi atingido, demonstrando uma relação complexa entre o ambicioso projeto da Universidade Nova e as restrições materiais de sua efetivação. Conforme se viu o dado mais significativo reside no colapso orçamentário dos recursos de Capital/Investimento, que caíram drasticamente a partir de 2018, inviabilizando a conclusão de obras e a aquisição de equipamentos. O enfrentamento de uma realidade como essa em uma universidade em fase de implantação, como não poderia deixar de ser, resultou na interrupção do seu processo de consolidação, deixando infraestruturas essenciais incompletas.

Adicionalmente, o estrangulamento do custeio, com quedas acentuadas em 2021 e 2022, teve uma consequência social crítica ao restringir a capacidade de fornecimento de Assistência Estudantil, reverberando na evasão do corpo discente. A falha em garantir o suporte necessário à permanência dos alunos — fator crítico para o público-alvo da UFSB — comprometeu a plena implementação do projeto pedagógico inovador e pode ser correlacionada aos desafios de evasão estudantil.

Em suma, as políticas de austeridade tiveram um efeito desproporcionalmente negativo na UFSB, minando sua capacidade de cumprir integralmente seu projeto institucional e de potencializar os impactos socioeconômicos esperados no Sul da Bahia. Sugere-se, para pesquisas futuras, um estudo longitudinal que relacione diretamente a insuficiência de recursos para Assistência Estudantil (dentre outros) com as taxas de evasão e permanência na UFSB ao longo da década analisada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Denise Ribeiro de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva; RAUPP, Fabiano Maury. Os Desafios das Universidades Federais Diante dos Constantes Cortes Orçamentários. In: ROSSI, Renata Alvarez; TUDE, João Martins (org.). **Cortes no Orçamento das Universidades Federais: significados e efeitos**. Salvador: EAUFBFA, 2021. p. 8-12. Disponível em <https://ea.ufba.br/wp-content/uploads/2021/08/v3-Cortes-no-Orcamento-das-Universidades-Federais-1.pdf>. Acesso em: 22 out. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). Painel de Informações Orçamentárias. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/>. Acesso em: 21 out. 2025.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 21 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.818, de 5 de junho de 2013. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 jun. 2013.

BRASIL. Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Brasília, DF: Congresso Nacional, [2024/2025]. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/web/orcamento>. Acesso em: 21 out. 2025.

DE SOUSA ALCANTARA, Verena; DE SOUZA, Laumar Neves; DE MEDEIROS JUNIOR, Helcio. 1156 EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL E GERAÇÃO DE



RECALCULANDO A ROÇA NA (DES)FRAGMENTAÇÃO GLOBAL PRODUTIVA

26 a 29 de novembro de 2025

EMPREGO FORMAL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI. In: **24th APDR Congress**. p. 261.

DULTRA PEREIRA, Bárbara Maria; FERREIRA, Mônica da Mota. A Vulnerabilidade Social-Econômica-Acadêmica dos Discentes da Universidade Federal da Bahia & A Lei Orçamentária Anual (LOA). In: ROSSI, Renata Alvarez; TUDE, João Martins (org.). **Cortes no Orçamento das Universidades Federais: significados e efeitos**. Salvador: EAUFBA, 2021. p. 65-68. Disponível em: <https://ea.ufba.br/wp-content/uploads/2021/08/v3-Cortes-no-Orcamento-das-Universidades-Federais-1.pdf> Acesso em: 22 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. Relatório Acadêmico: vagas, ingressos, egressos e evadidos 2014-2023. Pró-Reitoria de Gestão Acadêmica, Diretoria de Percursos Acadêmicos. Itabuna; UFSB, 2024.

SANTOS, André Luis Nascimento dos; SOUZA, Maria Carolina de. Entre Desafios, Tristezas e Cortes: O Fazer Educação durante a Pandemia na Universidade Pública. In: ROSSI, Renata Alvarez; TUDE, João Martins (org.). **Cortes no Orçamento das Universidades Federais: significados e efeitos**. Salvador: EAUFBA, 2021. p. 54-57. Disponível em: <https://ea.ufba.br/wp-content/uploads/2021/08/v3-Cortes-no-Orcamento-das-Universidades-Federais-1.pdf>. Acesso em: 22 out. 2025.

SANTOS, Maria Elisabete Pereira dos; ROSSI, Renata Alvarez; CARVALHO, Simone Maria Lima de. Orçamento, Política e Universidade. In: ROSSI, Renata Alvarez; TUDE, João Martins (org.). **Cortes no Orçamento das Universidades Federais: significados e efeitos**. Salvador: EAUFBA, 2021. p. 13-22. Disponível em: <https://ea.ufba.br/wp-content/uploads/2021/08/v3-Cortes-no-Orcamento-das-Universidades-Federais-1.pdf> . Acesso em: 22 out. 2025.

SILVA, Floriano Barboza; RODRIGUES, Grace Kelly Marques. A Crise na Educação e a Terceirização. In: ROSSI, Renata Alvarez; TUDE, João Martins (org.). **Cortes no Orçamento das Universidades Federais: significados e efeitos**. Salvador: EAUFBA, 2021. p. 69-71. Disponível em: <https://ea.ufba.br/wp-content/uploads/2021/08/v3-Cortes-no-Orcamento-das-Universidades-Federais-1.pdf> . Acesso em: 22 out. 2025.

VENTURA, Andréa Cardoso; FILHO, Genauto Carvalho de França; RIBEIRO, Elizabeth Matos. Cortes Orçamentários das Universidades Públicas Federais: Significados e Efeitos para a Formação Pós-Graduada e Desenvolvimento de Pesquisa em Administração na UFBA. In: ROSSI, Renata Alvarez; TUDE, João Martins (org.). **Cortes no Orçamento das Universidades Federais: significados e efeitos**. Salvador: EAUFBA, 2021. p. 37-48. Disponível em: <https://ea.ufba.br/wp-content/uploads/2021/08/v3-Cortes-no-Orcamento-das-Universidades-Federais-1.pdf> . Acesso em: 22 out. 2025.